

# EDITORIAL:

Revista Motricidade Vol. 02 N.º02 Abril '06

## Publicação em periódicos nas Ciências do Desporto

O quantitativo de periódicos específicos das Ciências do Desporto, Motricidade Humana ou áreas afins tem crescido moderadamente nos últimos vinte anos. Todavia, a crescente importância das temáticas que estudam o impacto da actividade física nas sociedades modernas permite uma produção contínua e também crescente de conhecimentos de interesse técnico e científico. Assim, embora não dispondo de dados estatísticos que me permitam formular uma tese a este respeito, parece-me que a proporção entre a produção académica e a sua publicação não tem evoluído da mesma forma. O nosso País poderá não ser o melhor exemplo disso. Mas o mesmo não posso dizer se tomarmos uma perspectiva universal como referência. Na verdade, é provável que contabilizando apenas o panorama nacional essa insuficiência seja difícil de demonstrar. O exemplo da Motricidade ilustra-o. Não pudemos, obviamente, publicar e dar sequência a todos os manuscritos que nos foram remetidos pelos colegas de Portugal. Mas uma parte importante dos mesmos foi publicada. Por outro lado (e o presente número atesta-o), acabamos por ter uma contribuição de autores estrangeiros maior do que dos autores nacionais. Assim, embora a escassez de periódicos em Portugal seja um facto, a procura por parte dos investigadores nacionais parece ainda não ser suficiente para sustentar esses mesmos periódicos. Quando considerado o panorama internacional, não dispomos de dados para suportar tal declaração inequívoca de insuficiência. Mas a verdade é que existem alguns indicadores que podem ilustrá-la e determinam, eles próprios, outros problemas subsequentes. Referimo-nos, por exemplo, ao exagerado tempo que medeia entre a recepção de manuscritos e a sua análise e consequente comunicação aos autores da avaliação. Temos consciência que o carácter voluntário com que esse serviço é prestado aos periódicos pelos avaliadores desobriga-os de cumprir prazos apertados e determinam essa demora. E quanto ao tempo que decorre entre a aceitação e a publicação de um trabalho? Neste aspecto, a mesma justificação não existe. Sabemos da existência (e frequência) de períodos de tempo superiores a um ano entre a aceitação de um artigo e a sua publicação. Para este facto não podemos encontrar outra explicação que não a limitação desses periódicos em escoar os trabalhos que aprovam. Também sabemos que tal limitação não será necessariamente negativa,

já que ela reflecte a aprovação de um elevado número de artigos com qualidade reconhecida pelos pares. Mas este facto encerra um outro problema que me motivou a escrever o presente Editorial. É que quando decorre um período de tempo extenso entre a aceitação e a publicação de um artigo, aumenta exponencialmente a probabilidade dos resultados do mesmo se tornarem desactualizados. Não que esses resultados não possam constituir um contributo importante para a sustentação de uma teoria (ou até para a sua refutação). Mas o problema adquire maior dimensão quando os autores, involuntariamente, acabam por reclamar ineditismo e inovação que, não sendo desonesta, se torna injusta. Recentemente, verifiquei que um artigo no qual os autores reclamavam esse carácter inovador do estudo foi publicado mais de um ano após outro trabalho ter sido, efectivamente, o arauto dessa inovação. Quando confirmei a data de aceitação do estudo, verifiquei que ela era anterior à publicação do trabalho merecedor desse ineditismo. Assim, ficaram naturalmente desculpados os autores. Mas então como fica a verdade científica? Se os autores não podem ser responsabilizados, quem poderá ser? Os editores do periódico? Devem estes confirmar continuamente o estado de actualidade de um artigo mesmo após o mesmo ser aprovado? Parece-me que isso seria difícil de conseguir na prática. E, em última análise, não me parece tarefa de editores mas sim dos próprios autores. Então como solucionar o problema? Penso que uma possível medida seria a inclusão de uma regra que aconselhasse os autores com artigos aprovados a avaliar o seu texto pouco tempo antes da publicação, tomando como referência as novas contribuições entretanto publicadas. Mas se fosse essa a forma escolhida, poderiam então os autores refazer o seu trabalho e o mesmo ser publicado sem voltar a passar pelo crivo dos avaliadores do periódico em causa? Seria delicado retirar essa prerrogativa aos respectivos editores. Realmente a solução não parece fácil. Não é meu propósito propor uma solução milagrosa, mas julgo que estas ocorrências traduzem o tal desajuste entre produção e publicação na nossa área de estudo.

O Editor  
Victor Machado Reis